

Especial

Apesar da baixa participação no mercado, Heineken vai manter fabricação da Kaiser **Página B6**

Previsão de boa demanda por equipamentos mostra otimismo da indústria do café **Página B11**

2010 Historicamente ligado ao PSDB, deputado paulista está perto de compor a chapa presidencial do PT
Temer cola em Lula para chegar ao Executivo

Caio Junqueira
De São Paulo

Foi em uma viagem de três horas e meia entre Natal e São Paulo, em setembro de 2008, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB), entre goles de uísque, consolidaram seu relacionamento partidário e pessoal. Apararam arestas, reduziram desconfianças mútuas e discorreram longamente sobre suas trajetórias que, de semelhante, têm apenas o êxodo das famílias para São Paulo em busca de melhores condições de vida. O restante de suas histórias os distancia, mas isso não será obstáculo para que o deputado seja avalizado pelo presidente como o vice na chapa governista encabeçada pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff.

Caçula temporão de oito irmãos — Salim, Sumaia, Tamer, Fued, Elias, Adib e Jorge — filhos de um casal de imigrantes libaneses foragidos das dificuldades do pós-guerra em seu país nos anos 20, Michel Miguel Elias Temer Lulia, 69 anos, paulista de Tietê (159 km a noroeste de SP), tem a chance de vencer a primeira eleição majoritária de seus 27 anos de vida pública.

Sustenta a expectativa na suposta capacidade que o presidente tem de transferir sua popularidade e votos a uma dupla composta por uma técnica sem carisma e um jurista sério e rigorosamente formal.

Temer só chegou a cargos executivos por meio de nomeações, como nas duas vezes em que ocupou a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, nos governos pemedebistas de Franco Montoro (1983-1987) e Luiz Antonio Fleury Filho (1991-1994), do qual também foi secretário da Casa Civil. Quando tentou articular uma pré-campanha ao governo do Estado, como na sucessão de Fleury Filho, em 1994, foi atropelado pelo atual presidente da Assembleia paulista, Barroz Munhoz (hoje no PSDB); e na sequência ao governo Mário Covas/Geraldo Alckmin (PSDB), em 2002, quando o ex-governador paulista Orestes Quêrcia articulou para barrar seu nome. Quando finalmente conseguiu emplacar como vice foi um fracasso eleitoral. Aconteceu em 2008, na disputa pela prefeitura paulistana, ao lado de Luiza Erundina (PSB). Amargaram um quarto lugar, com 4% dos votos.

Mesmo para a Câmara dos Deputados, onde está desde 1987, só foi eleito diretamente em 1995. Nas eleições de 1986 e 1990, estava na suplência e só assumiu porque os titulares deixaram o cargo. Em 2006, seus 99 mil votos em um universo de 30 milhões quase o tiraram da vida pública. Ficou com a vaga apenas na divisão das sobras do quociente eleitoral.

Relembrado dos péssimos números, aponta como motivo o fato de fazer política por Brasília, e não por São Paulo. “Sempre preferi a macropolítica em vez da micropolítica. Vejo colegas com clientela no fim de semana, recebendo um monte de gente. Eu não tenho muito isso”, explica ao **Valor** em seu espaçoso escritório político no Itaim, zona oeste de São Paulo.

Na macropolítica, Temer passa. Desde sua eleição “de fato” para a Câmara, em 1995, conseguiu colocar seu gabinete como ponto obrigatório de passagem dos altos escalões da República, tanto no governo Lula como no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB). É é aí que residia — e ainda reside — a principal aresta entre ele e os petistas. Temer foi, depois da segunda metade do primeiro mandato de FHC, um dos principais auxiliares dos tucanos no Congresso. Sua primeira eleição para a presidência da Câmara — com o apoio do Planalto — foi resultado de seu esforço em levar parte do PMDB a aprovar a emenda da reeleição. A segunda vez em que ocupou a presidência,



Michel Temer: “O PMDB se tornou um partido congressual e rótulos de esquerda ou direita não existem mais. O que o cidadão quer é política de resultados”

em 1999 e 2000, decorreu da costura política que realizou para que o PMDB fechasse informalmente apoio a FHC nas eleições de 1998 e, de forma oficial, com o governo no segundo mandato. No discurso de posse na segunda presidência da Câmara, rasgou elogios a FHC, “um dos mais eminentes homens da história republicana, destacado por seu preparo, sua visão da geopolítica internacional, pelo equilíbrio com que vem comandando o mais arrojado programa de mudanças do Brasil contemporâneo”.

Sempre preferi a macropolítica. Vejo colegas no fim de semana, recebendo um monte de gente. Eu não tenho muito isso”

Mudanças que ganharam celebridade quando usou seus conhecimentos no direito para criar interpretações que agilizaram o processo legislativo. No governo tucano, as reformas caminharam mais rápido depois que as emendas puderam ser promulgadas mesmo sem todos os dispositivos aprovados. Fez algo parecido no ano passado, dessa vez em prol da Câmara, quando uma reinterpretação da tramitação das medidas provisórias fez com elas não mais transcusessem a pauta da Casa.

Em suas movimentações políticas, contou com o apoio do grupo com o qual atua até hoje, cuja característica é a maleabilidade política e a capacidade de ocupar espaço no Executivo em troca de apoio no Legislativo. Compõem o grupo Henrique Eduardo Alves (RN), atual líder do PMDB na Câmara; o ex-governador do Rio de Janeiro Franco, atual vice-presidente da Caixa Econômica Federal e assessor especial de FHC entre 1998 e 2002; e Geddel Vieira Lima (BA), atual ministro da Integração Nacional, que foi líder do PMDB na Câmara entre 1997 e 2002.

A estratégia comum do grupo consiste em, inicialmente, proclamar independência e autonomia em relação ao governo e ameaçar barrar seus projetos no Legislativo. O Executivo, ciente do poder do PMDB e de suas grandes bancadas — não raro as maiores na Câmara e no Senado —, cede e aumenta a participação da legenda no governo, seja nos ministérios, seja no acesso aos recursos públicos federais pelas prefeituras pemedebistas, sempre ao redor de mil das 5.645 do país. Por fim, o grupo acaba aderindo totalmente ao governo.

O expediente utilizado nos anos FHC repetiu-se sob a era Lula. No primeiro mandato do petista, Te-

mer proclamou a independência de seu grupo, o que fez com que o governo passasse apuros na Câmara, já que no Senado José Sarney (AP) e Renan Calheiros (AL) garantiam ao menos parte da sigla com o presidente. No segundo mandato, atendeu ao pedido de Lula por um PMDB inteiro na base e aderiu ao governo. Em troca, ocupou espaços no governo federal.

Essa prática política fez com que o partido ganhasse a pecha de fisiologista e pragmático, da qual Temer, presidente da legenda desde 2001, discorda. “Nem pragmatismo nem fisiologismo. Essa é a realidade conceitual da política. O PMDB, maior partido do país, apoia o governo. Lula conseguiu implantar todas as políticas sociais porque o PMDB deu apoio a ele. Agora, ele é fisiológico porque participa do governo? Estranho não o PMDB apoiar o governo e não ter nenhum cargo”, afirma.

Para ele, é a característica do sistema político brasileiro que propicia esse tipo de relação. “Se o governo não fizesse uma aliança com o PMDB, conseguiria governar com cento e tantos votos contrários na Câmara e 21 contrários no Senado? Isso não é uma ameaça do PMDB, é uma realidade política. Se estivessemos no parlamentarismo ninguém faria essa pergunta porque nele se faz coalizões. Aqui, de uma forma ou de outra, temos um arremedo do parlamentarismo: é preciso fazer uma coalizão no presidencialismo”.

O valor da “realidade política” a que Temer se refere pode ser medido em votos. No governo FHC, o apoio ao tucano lhe valeu, além da dupla presidência na Câmara, indicações para a diretoria da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), o porto de Santos. O resultado veio em 2002. Temer teve o maior número de votos em sua história: 252.229.

Com a vitória de Lula neste mesmo ano, o deputado afastou-se do poder central, perdeu o controle de Santos — dividido entre PT e PSB —, não ocupou cargos na Mesa e não indicou nomes para nenhum órgão federal. Passados quatro anos, teve a pior votação de sua história, 99.046, e só pôde assumir com as sobras do quociente eleitoral.

Ali viu que o casamento com o PT e Lula era uma questão de sobrevivência política. Fez-se, então, o acordo, semelhante ao realizado com FHC. O PMDB apoiou o petista Arlindo Chinaglia (SP) para a presidência da Câmara. Temer sagrou-se seu sucessor e, de quebra, arrematou indicações para cargos federais, mantidos até hoje: Wagner Rossi na presidência do Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Moreira Franco na Caixa, Miguel Colasuonno na Eletrobrás (diretor administrativo) e Raze Rezek, irmão do deputado estadual paulista Uebe Rezek, na coordenação paulista da Funasa.

Temer vê essa participação ativa nos governos dos arquirrivals PT e PSDB com naturalidade. “O PMDB se tornou um partido congressual e rótulos de esquerda ou direita não existem mais. O que o cidadão quer é política de resultados. Só houve controle da moeda e da inflação porque o PMDB apoiou FHC no Congresso. E se o PMDB estivesse contra as medidas sociais do governo Lula, ele não teria feito o maior plano de inclusão social que ele fez ao longo desses anos. Percebe?”

Evita, porém, comparar as duas gestões. “Precisamos ter consciência de que os governos têm uma sequência. Uns podem ir melhor que outros, mas todos têm uma âncora positiva ou negativa no passado. Este governo [Lula] tem uma âncora no passado na questão do Plano Real, por exemplo. Se não tivesse estabilidade da moeda não sei se esse grande plano de inclusão social que o Lula conseguiu fazer sairia do papel”, diz.

A profusão de elogios tanto ao governo FHC quanto a Lula deixa os petistas receosos. Temer sempre foi tido como “o mais tucano dos pemedebistas”. Em 2002, foi um dos coordenadores da campanha presidencial de José Serra (PSDB). Seu padrinho político, o ex-governador de São Paulo Franco Montoro, foi um dos fundadores do PSDB. Eleito governador em 1982, deu a Temer seu primeiro cargo público, de procurador-geral do Estado.

Até então, Temer acompanhava a vida política do país à distância. Formado na Faculdade de Direito do Largo São Francisco às vésperas do golpe militar de 1964, passou todo o regime advogando, dando aulas de direito e exercendo o cargo de procurador do Estado. Nos anos 70, compôs um dos mais importantes grupos de estudiosos de direito público do país, estruturado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com Celso Antonio Bandeira de Mello — considerado seu melhor amigo —, Celso Bastos e Geraldo Ataliba. O livro de Temer, “Elementos de Direito Constitucional”, é dos mais utilizados entre estudantes de direito.

Assim que foi eleito governador, Montoro nomeou o advogado e ex-ministro da Justiça de FHC José Carlos Dias para a Secretaria de Segurança e pediu nomes para a Procuradoria. Dias lembrou de Temer, que Montoro conhecia da PUC. Acabou levando o cargo. Meses depois, Dias deixou a secretaria e indicou Temer para ocupá-la. Montoro encampou a ideia e Temer assim chegou, pela primeira vez, a um cargo executivo de alto escalão. A gestão foi marcada por protestos e ocupações, comuns naqueles tempos de redemocratização, e nos quais Temer começou a mostrar sua habilidade política

e capacidade de conciliação. Evitava usar a força policial para invadir prédios ocupados por representantes do movimentos sociais. Ao contrário, entrava ele mesmo com seus assessores para negociar as retiradas.

Montoro deixou o PMDB em 1988 para fundar o PSDB, com Covas, Serra e FHC, mas aconselhou Temer a permanecer no partido, para não correr o risco de ser “ofuscado pelas estrelas”. Temer titubeou, mas acabou ficando. “O partido estava desfalcado. Os grandes líderes estavam saindo. Em outras palavras, lá no PSDB ia ter muito cacique”, lembra.

Voltou a assumir a Segurança dias após o episódio do Carandiru, em que uma rebelião de presos no então maior presídio do país resultou em chacina com as mortes de 111 detentos. Sua missão ali era pacificar a polícia e a sociedade civil, em especial, as organizações de direitos humanos. Acabou ficando dois anos e meio no cargo.

Na entrevista ao **Valor**, o deputado definiu-se como um “conciliador”. Uma descrição que coincide com a percepção que outros políticos têm dele: “cerimonioso”, “diplomata”, “não entra em bola dividida”, “cordato”, “não é capaz de dizer um palavrão”, “comedido”, “preserva-se de vícios de linguagem” e “tem grande preocupação em não trombar com ninguém”.

Se eu fosse depender da cúpula do PMDB paulista para ser alguma coisa, eu não seria nada”

Nem assim conseguiu evitar alguns enfrentamentos políticos. O maior, circunstancial, foi com o senador Antonio Carlos Magalhães (DEM), morto em 2007. Em 1999, discordâncias fizeram a reforma do Judiciário fizeram com que ACM dirigisse fortes ataques a Temer, a quem chamou de “baulador do governo”. Veio o revide: “Quem atravessou a praça dos Três Poderes para pedir ao presidente que ajudasse um banco falido não fui eu”, numa referência às relações entre ACM e o banqueiro Ângelo Calmon de Sá, do Banco Econômico.

ACM, porém, não foi o maior adversário de Temer. O posto é ocupado até hoje pelo ex-governador de São Paulo Orestes Quêrcia, presidente do PMDB paulista desde 1994. A relação entre os dois é espinhosa e turbulenta. Difícilmente estão juntos politicamente, situação que se repetirá neste ano: Quêrcia está com o PSDB e Temer, com o PT. Há quatro anos, Temer

estava com o PSDB, Quêrcia, “independente”. Em 2002, Quêrcia foi de Lula e Temer, de Serra. Em 1998, Temer apoiou FHC e Quêrcia, a “independência”.

Para os queristas, Temer não é confiável. Já aliados de Temer consideram que Quêrcia tem “ciúmes” do destaque nacional ocupado pelo presidente da Câmara. “Se eu fosse depender da cúpula do PMDB paulista para ser alguma coisa, eu não seria nada”, disse Temer. Em 2006, por exemplo, havia acordo para que ele fosse vice do então candidato a governador José Serra. Quêrcia, em junho, lançou sua candidatura e tornou inviável a composição. Depois, retirou a candidatura.

Temer fracassou nas tentativas de tirar Quêrcia da presidência regional do partido, algumas delas sangrentas. Hoje, controla cerca de 40% do diretório e ultimamente optou por fazer acordo com o ex-governador: em troca do apoio de Quêrcia no PMDB nacional, dá apoio a Quêrcia no PMDB paulista. Essa política deve se manter até a próxima disputa, dentro de dois anos, uma vez que os operadores de Temer no Estado já fazem os cálculos para tentar, mais uma vez, desbancar Quêrcia. Não querem que o vice-presidente — se eleito, evidentemente — domine o diretório de seu Estado.

Mas a indicação a vice ainda terá que vencer alguns obstáculos — como a cautela de petistas em relação ao seu nome, as preferências do próprio Lula, além das articulações dos dois partidos nos Estados — para se concretizar. Rumores dão conta que o preferido de Lula para vice de Dilma é o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Já Hélio Costa, ministro das Comunicações e pré-candidato do PMDB ao governo de Minas, passou a ser cogitado para dar uma solução à divisão da base aliada em Minas, Estado considerado crucial para a campanha deste ano.

A afamada cortesia de Temer também desaparece quando se menciona as reportagens que o envolvem na Operação Castelo de Areia, da Polícia Federal, sobre supostas ligações ilícitas entre a construtora Camargo Corrêa e políticos. O nome de Temer estaria em uma das planilhas que listam políticos que teriam recebido propina da empresa. “Não tenho nada contra que se noticie o fato, mas fico chateado quando só se conta metade da história, dando prioridade ao lado negativo. É tudo causa dessa história de ser vice”, diz.

Nas três horas de entrevista que deu ao **Valor**, esse foi o único momento em que o deputado saiu do tom: “Teve um rapaz que escreveu um negócio sobre mim tão doloroso, uma coisa tão bilhar, que se eu fosse um reles, rasteiro, vagabundo, ordinário. E pior que uma vez ele almoçou comigo, fez muitos elogios a mim. Mas eu senti que ele tá...” [dando a entender que o jornalista apoia Serra na sucessão]. Conta que não reclamou ao veículo de comunicação, mas mandou seus livros de direito constitucional de presente ao jornalista.

Em seu segundo casamento, Temer é bastante discreto ao falar de seus relacionamentos afetivos. Sabe-se que sua primeira mulher, Neusa Aparecida Popinigis, era decoradora. Com ela teve três filhas. A mais velha, Luciana, 40 anos, é doutora em direito constitucional e trabalha em um órgão ligado ao governo paulista, a Fundação Faria Lima. As outras duas, Clarissa, 37 anos, e Maristela, 35 anos, são psicólogas. E entre o primeiro e o segundo casamento, Temer teve dois relacionamentos sérios sobre os quais mantém silêncio. Um deles com uma jornalista que mora em Londres e com a qual teve um filho, Eduardo, hoje com 10 anos, que nasceu na Inglaterra. A atual mulher, Marcela Tedeschi Araújo, 26 anos, participava de concursos de miss em Paulínia (126 km a noroeste de SP) e trabalhava na prefeitura, ocupada pelo PMDB. Em um evento político na cidade, há seis anos, se conheceram e casaram. Há oito meses, nasceu o primeiro filho do casal, Michel.